Sr. Secretário de Estado do Empreendorismo e da Inovação, caríssimos convidados, minhas senhoras e meus senhores, muito bom dia.

Bem-vindos à Conferência da ANACOM.

Antes de mais gostaria de agradecer a todos os que aceitaram o nosso convite para estarem aqui hoje e participarem neste encontro, que, este ano, é subordinado a um tema que consideramos extremamente importante e relevante para o nosso sector - "Financiar o Futuro".

Gostaria também de fazer um agradecimento especial a todos os especialistas que aceitaram integrar os nossos painéis, em especial aqueles que vieram de muito longe para estarem aqui hoje connosco e contribuírem para este debate. Estou certa de que iremos todos beneficiar do seu contributo.

A todos, o nosso muito obrigada.

O tema que escolhemos para a conferência deste ano poderia ser aplicado a qualquer outro sector, não é uma preocupação exclusiva das comunicações eletrónicas. Contudo, o acesso ao capital é neste momento crucial em termos de inovação tecnológica, e nós precisamos de ter acesso a capital para podermos investir em redes de nova geração e garantir assim o acesso à banda larga super rápida.

O investimento em infraestruturas de rede de elevado débito é também uma preocupação da Comissão Europeia, bem evidenciada aliás na Agenda Digital para a Europa, a qual pretende criar condições para encorajar a inovação e aumentar a produtividade, o emprego e a competitividade. Estes fatores são considerados cruciais nesta fase difícil que atravessamos na Europa para o relançamento do crescimento.

O objetivo é garantir que, em 2020, 100 por cento das famílias europeias tenham acesso a pelo menos 30Mbps de velocidade de Internet e que 50 por cento da população tenha acesso a 100 Mbps. Vários estudos têm vindo a demostrar o impacto que o acesso à banda larga tem em termos de crescimento do PIB. Um estudo da Mckinsey estimou que um aumento de 10 por cento da penetração de banda larga implica um aumento do PIB de um país na ordem de 0,1 e 1,4 por cento - daqui se percebe de facto a

atenção que é dada a este fenómeno e à necessidade urgente de investir em redes de nova geração.

Temos, no entanto, uma equação difícil de resolver - a questão é como promover o investimento neste sector, um sector em que as margens das empresas têm vindo a diminuir, em que as receitas têm vindo a cair, fruto em parte da crise económica que é generalizada na Europa, mas também da intensificação do ambiente de concorrência no sector e, ainda, de alterações dramáticas da própria cadeia de valor do negócio das comunicações electrónicas.

Na realidade, este sector vive hoje enormes desafios. A inovação tecnológica promoveu o acesso a velocidades de banda larga cada vez mais elevadas e esta tornou-se um serviço básico essencial; a implantação das redes LTE (4G) veio abrir a possibilidade de novas potencialidades para as redes móveis; a disseminação de *smartphones* e *tablets* contribuiu para um aumento extraordinário da mobilidade das comunicações de dados e da interligação; nas comunicações eletrónicas, fixas e móveis, o tráfego de voz tem vindo a ser substituído por tráfego de dados que cresce atualmente a taxas explosivas; o desenvolvimento da *cloud computing* teve um impacto disruptivo em todas as áreas das tecnologias de informação, sobretudo levou ao redesenho de novas aplicações por forma a potenciarem todas as vantagens da *cloud*.

De tudo isto resultam avanços muito significativos na digitalização da economia nomeadamente ao nível do *e-government* e da *e*-education, *banking, mobile payments*, etc. Estamos ainda longe de ter atingido todo o potencial que a era digital pode trazer a todas estas áreas da nossa economia e da nossa sociedade. No entanto, em Portugal estamos conscientes de que, em muitas destas áreas, nos encontramos entre os países mais avançados da Europa.

Com o desenvolvimento das redes de nova geração, as empresas do sector das telecomunicações são confrontadas com uma alteração radical do seu modelo tradicional de negócio. A cadeia de valor está a desviar-se dos serviços básicos, ao nível das infraestruturas de transporte de tráfego para os serviços ao nível das aplicações. Os operadores são forçados a

mudar o seu enfoque de minutos para *bytes* pois as oportunidades de crescimento estão ligadas de facto ao crescimento explosivo do tráfego de dados, especialmente quando falamos das redes móveis. Assim, a cadeia de valor para os operadores está a tornar-se crescentemente intrincada, cada vez mais complexa.

As redes de nova geração vieram permitir uma alteração substancial dos serviços que podem ser oferecidos com suporte na fibra óptica ou no cabo e convergência passou a ser a nova palavra de ordem. Os operadores têm que ter capacidade para oferecer vários serviços no mesmo pacote, com uma fatura e um preço único. Os operadores móveis são por sua vez forçados a procurar novas oportunidades de negócio nomeadamente através de investimentos em redes de fibra ótica ou através de aquisições e fusões com operadores de cabo.

A isto acresce o facto de, sendo a televisão por subscrição, na maioria dos casos, o *driver* da procura de banda larga rápida e também muito rápida, os operadores têm hoje que concorrer também pelo acesso aos conteúdos pois este é um factor estratégico crucial para a sua sobrevivência. E este aspeto altera substancialmente a natureza do negócio destas empresas, que passaram a ser também *players* no sector de *entertainment*.

A dinâmica deste mercado tem sido muito rápida e as alterações das estruturas de mercado que se estão a verificar colocam novos desafios aos reguladores e aos modelos tradicionais de regulação. Na verdade, a concorrência nos mercados mudou o seu enfoque da inovação e esforço de eficiência de custos ao nível do transporte de tráfego de dados e de voz, para se concentrar agora na inovação ao nível dos conteúdos e das aplicações, o que poderá de facto forçar a integração da regulação das comunicações eletrónicas e dos conteúdos. Problemas relacionados com a neutralidade da rede, a qualidade de serviço ainda questões como cybersegurança, cybercrime, privacidade e proteção de dados pessoais vão constituir preocupações cada vez mais relevantes para os reguladores.

Mas o desafio mais complexo para as autoridades reguladoras nacionais é assegurar a criação de condições que promovam a inovação e o

investimento em redes de nova geração, ao mesmo tempo que garantem as condições para um ambiente de concorrência efetiva. Não será certamente fácil conseguir a concretização dos dois tipos de objetivos.

Os reguladores compreendem também, muito claramente, a necessidade de assegurar previsibilidade na regulação, ou seja, uma abordagem regulatória estável e consistente ao longo do tempo, que dê aos investidores a confiança que necessitam para construírem os seus planos de negócio.

Consciente destas dificuldades, a Comissão Europeia vai publicar durante este mês de Julho uma recomendação sobre obrigações de não discriminação e metodologias de custeio, que tem por objetivo promover a concorrência e o investimento em infraestruturas de banda larga. Estamos certos de que, com esta decisão, haverá condições para a aplicação de um quadro regulamentar comum nos vários países europeus, contribuindo para o desenvolvimento de um mercado único de comunicações eletrónicas.

Gostaria no entanto de relembrar, e sobretudo para os nossos convidados que vêm de outros países, que, apesar das enormes dificuldades que Portugal atravessa atualmente, os operadores deste sector têm continuado a fazer investimentos massivos na implantação de redes de nova geração. Por isso o nosso país está acima da média europeia em termos de cobertura de redes de nova geração e LTE. Para além disso, somos um caso muito especial no panorama europeu, frequentemente citado nos *fora* internacionais, na medida em que existem no sector duas plataformas, uma de fibra (FTTH) e outra de cabo, que concorrem entre elas, o que tem tornado o nosso mercado extremamente dinâmico quer em termos de ofertas de pacotes de serviços quer em termos de preços.

Contudo apesar da elevada cobertura de banda larga de alta velocidade, o nível de penetração em Portugal está abaixo da média europeia. Isto significa que o lado da procura não está a acompanhar a evolução da oferta. Este fenómeno é bastante generalizado na Europa (o que explica o baixo investimento em redes de fibra em muitos países europeus) e surge porque as aplicações que a maioria dos consumidores utilizam não exigem

velocidades acima dos 24 Mbps por segundo, o que consegue ser satisfeito pelas tradicionais redes de cobre com tecnologia ADSL. Em Portugal o baixo nível de penetração pode também ser explicado pela grave crise económica que tem reduzido drasticamente o poder de compra das famílias e a sua disponibilidade para pagar preços mais elevados pelo acesso a banda larga de elevado débito.

Contudo, estamos todos conscientes de que as redes de nova geração vão desempenhar um papel fundamental no futuro e por isso considerámos muito oportuno lançar um debate sobre como financiar esse futuro. Para isso convidámos várias personalidades ligadas aos mercados financeiros, à Comissão Europeia, às autoridades reguladoras dos EUA e do Reino Unido, a prestadores de conteúdos e a empresas de tecnologias de informação. Estou certa de que no final do dia de hoje teremos uma nova visão sobre este tema e sobre os desafios que nos esperam no futuro.